

Missão do Fundo começa a renegociar metas fiscais

Enio Vieira
de Brasília

O vice-diretor gerente do FMI, Stanley Fischer, discutirá com o governo brasileiro o direcionamento da política monetária e o mecanismo ideal para intervenções no mercado de câmbio pelo Banco Central. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, Fischer chegará hoje a Brasília e dará um peso maior na renegociação das metas fiscais estabelecidas no acordo com o FMI e que serão reavaliadas devido à recente desvalorização do real. A missão deverá ficar no Brasil até quarta-feira.

O governo, segundo Parente, espera que as discussões com representantes do FMI sejam as mais rápidas possíveis. Assim a liberação da segunda parcela (entre US\$ 7,4 bilhões e US\$ 9 bilhões) dos US\$ 41,5 bilhões poderá ser realizada tão logo se façam os ajustes nas metas fiscais. O mercado financeiro espera ansioso por este desembolso. O economista-chefe do BIC Banco, Luiz Rabi, acredita que a segunda parcela dará força ao governo para conter movimentos especulativos no câmbio, o que acalmará investidores.

Os técnicos do FMI e do Banco Mundial (Bird) fizeram ontem a primeira reunião com a equipe econômica. O encontro durou o dia todo, sendo apenas interrompido no meio da tarde para uma visita do secretário Pedro Parente e do ministro Pedro Malan ao presidente Fernando

Henrique Cardoso, no Palácio do Alvorada. No lado brasileiro, além de Parente, estiveram o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, e o secretário-executivo do Ministério do Orçamento Gestão, Martus Tavares.

Na outra ponta, a economista Teresa Terminassian chefiou um grupo de cinco técnicos do Fundo e um do Bird. Stanley Fischer entrará em cena depois de consultá-los hoje e só depois partirá para a mesa de negociação nos dois dias seguintes para os acertos finais do acordo revisto. "O ajuste fiscal está quase todo aprovado, restando apenas a CPMF. Mas o governo não hesitará em tomar medidas adicionais que não serão as artificiais", disse Parente, lembrando que foi superada em 1998 a meta de superávit primário nas contas públicas de R\$ 5 bilhões. "Atingimos R\$ 5,8 bilhões. O resultado confirma a credibilidade do Brasil para discutir com o Fundo."

No encontro de ontem, os técnicos analisaram o desempenho fiscal no ano passado e confrontaram os números do setor público com os possíveis cenários macroeconômicos para os próximos meses. Segundo Parente, as projeções de inflação e as taxas futuras de câmbio são algumas variáveis que levaram à decisão de rever as metas fiscais. Hoje, informou o secretário, serão analisados os componentes de uma política fiscal adaptada ao novo cenário e à balança de pagamentos do País.